

**A. I. Nº** - 233037.0150/03-3  
**AUTUADO** - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SÃO PEDRO LTDA.  
**AUTUANTE** - ADHEMAR BISPO DE SOUZA  
**ORIGEM** - INFAZ ITABERABA  
**INTERNET** - 18.06.04

## **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0213/01-04**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DADOS INCORRETOS. MULTA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Provado nos autos o envio de DMAs com dados incorretos. A multa aplicada é pelo fato objetivamente considerado, e não, cumulativa por período de apuração. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 09/03/2004, exige multa no valor de R\$ 2.660,00, em razão de declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS, nos meses de maio de 2002 a dezembro de 2003.

O autuado, à fl. 60, apresentou defesa alegando que as DMAs seriam retificadas em uma data posterior, com base no art. 333, § 8º do RICMS/97 que dá direito à retificação.

Disse que no art. 915, XVIII, “c”, do citado regulamento é excluída a possibilidade da cumulatividade das multa.

Argumentou não ter havido dolo ou má fé e que seja cancelada a penalidade constante do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 93, informou que o art. 136 do CTN diz que a responsabilidade por infração a legislação tributária independe da intenção do autor ou agente. E esse espírito é traduzido no art. 42, XVIII, “c”, da Lei nº 7.014/96, que impõe multa pelo descumprimento da norma estabelecida no art. 333, § 1º, I, do RICMS/97.

Opinou pela manutenção da autuação.

## **VOTO**

Da análise das peças que compõem o presente processo verifico que a autuação decorreu do fato de o contribuinte ter apresentado as DMAs do período de maio de 2002 a dezembro de 2003, nos prazos regulamentares, entretanto, contendo nas informações econômico-fiscais dados incorretos.

O sujeito passivo argumentou que respaldado no que dispõe o art. 333, § 8º do RICMS/97, que possibilita ao contribuinte a proceder a retificação da DMA, não poderia ser penalizado. A afirmativa seria correta se as retificações fossem feitas antes de iniciada a ação fiscal. No entanto, o contribuinte só as apresentou em 13/03/2004, ou seja, após a lavratura do presente Auto de Infração, descaracterizando, desta maneira, a espontaneidade em proceder as devidas retificações.

Observo ainda, que a legislação tributaria, no § 3º do art. 333 do RICMS/97, determina prazo para entrega da referida declaração. Também o RICMS, no seu art. 915, estabelece multa pela não entrega no prazo regulamentar e, também pela entrega com apresentação de dados incorretos.

Não obstante ser devida a multa pela entrega de DMAs contendo dados incorretos, o autuante equivocadamente interpretou o dispositivo da multa considerando que a penalidade deveria ser aplicada por cada mês em que o contribuinte descumpriu a obrigação acessória. No entanto, nesta situação, a Lei nº 7014/96, no seu art. 42, XVIII, “c”, alterada pela Lei nº 8.534/02, dispõe o seguinte:

*Art. 42.*

*XVIII – R\$ 140,00 (cento e quarenta reais):*

*...*

*c) em razão da omissão de dados ou da declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais exigidas através de formulários próprios.*

Desta maneira, é devida a multa de R\$ 140,00, pelo descumprimento de obrigação acessória, ou seja, pela indicação incorreta de dados nas informações econômico-fiscais, haja vista que a multa é pelo fato objetivamente considerado, e não por cada período de apuração.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **233037.0150/03-3**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SÃO PEDRO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa, no valor de **R\$ 140,00**, prevista no art. 42, XVIII, “c”, da Lei 7.014/96, alterada pela Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de junho de 2004.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA